

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL MÉDIO

PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às Provas Objetivas, e a Prova Discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Texto Definitivo e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

- Nas questões de 1 a 60, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; DF = Distrito Federal; FGTS = fundo de garantia do tempo de serviço; MP = Ministério Público; STF = Supremo Tribunal Federal; TCU = Tribunal de Contas da União; TRT = tribunal regional do trabalho; TRF = tribunal regional federal; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Com relação à eficácia e à aplicabilidade das normas constitucionais contidas na CF, assinale a opção correta.

- A Ao assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral, a CF estabeleceu uma norma de eficácia limitada, devendo referido direito ser regulamentado pelo Congresso Nacional, abrindo-se a possibilidade da propositura de mandado de injunção se a regulamentação não ocorrer.
- B O preceito constitucional segundo o qual é livre a manifestação do pensamento, ressalvada a vedação ao anonimato, constitui norma de eficácia plena.
- C No momento em que ocorreu a promulgação da CF, as normas de eficácia plena nela contidas já seriam passíveis de produzir efeitos, não havendo necessidade de regulamentação infraconstitucional; porém tais normas poderiam ter seu conteúdo e alcance restringidos em consequência de legislação superveniente.
- D A dignidade da pessoa humana é uma norma de eficácia limitada, devendo haver regulamentação infraconstitucional para que referido direito possa ser exercido.
- E As normas programáticas são espécies do gênero normas de eficácia contida.

QUESTÃO 2

Considerando os princípios fundamentais, os direitos e garantias fundamentais e, em especial, o *caput* do art. 1.º da CF: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do DF, constitui-se em Estado Democrático de Direito (...)”, bem como o parágrafo único do mesmo dispositivo, que estabelece que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, assinale a opção correta.

- A São instrumentos da democracia direta o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de emendas constitucionais, leis ordinárias e leis complementares.
- B República é o sistema de governo adotado pelo Brasil.
- C O Estado brasileiro adotou a democracia como forma de governo.
- D A forma federativa de Estado, adotada pelo Brasil, fica clara quando o constituinte estabelece a união indissolúvel de estados, municípios e do DF, todos dotados de autonomia político-administrativa.
- E Ao estabelecer que “Todo o poder emana do povo”, o constituinte reconheceu o regime democrático de governo.

QUESTÃO 3

Assinale a opção correta a respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, em especial do estabelecido pela CF quanto à repartição de competências constitucionais entre a União, os estados e os municípios.

- A As competências federativas, em se tratando de matérias relevantes para o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, serão compartilhadas entre todos os entes da Federação.
- B Os estados podem editar leis que regulem o transporte de trabalhadores, uma vez que a competência para legislar sobre trânsito e transporte é concorrente.
- C É competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
- D A competência da União para legislar acerca de matérias de interesse nacional é privativa, não podendo ser delegada a estados e municípios.
- E A União e os estados-membros possuem competências expressas estabelecidas no texto da CF e os municípios possuem apenas competência residual.

QUESTÃO 4

Com referência ao princípio da separação das funções do poder e à fiscalização financeira, contábil e orçamentária, assinale a opção correta.

- A Cabe ao presidente da República representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados mediante o controle externo do Poder Executivo.
- B Os ministros que compõem o TCU devem possuir, entre outras exigências constitucionais, idoneidade moral e reputação ilibada.
- C O poder, no sistema jurídico-constitucional brasileiro, está dividido em funções, sendo elas: legislativa, executiva e jurisdicional. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária é exercida precipuamente pelo Poder Judiciário.
- D A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pelos tribunais superiores, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- E Compete ao Congresso Nacional o controle interno dos Poderes Executivo e Judiciário por meio da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, com o auxílio do TCU.

QUESTÃO 5

Assinale a opção correta a respeito do Poder Judiciário.

- A Salvo autorização do CNJ, o juiz titular terá de residir na respectiva comarca.
- B Deverão ser motivadas e tomadas em sessão pública as decisões administrativas dos tribunais, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- C Os servidores dos tribunais receberão delegação para a prática de atos de mero expediente, contudo referidas práticas só possuirão caráter decisório se a delegação for expressa nesse sentido.
- D A CF estabelece que as custas e emolumentos serão destinados ao custeio dos serviços afetos às atividades da administração pública em geral.
- E O CNJ é um órgão de natureza judicial, com sede na capital federal e jurisdição em todo o território nacional.

QUESTÃO 6

Considerando a função jurisdicional do Estado, sua estrutura, organização e órgãos, assinale a opção correta.

- A Objetivando assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo, os TRTs poderão funcionar de modo descentralizado mediante a constituição de câmaras municipais.
- B As causas e os conflitos entre o DF e a União, os estados e a União, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta, são de competência do STF.
- C As ações contra o CNJ são de competência do STJ.
- D Incumbe aos tribunais superiores, precipuamente, a guarda da Constituição.
- E O TST compor-se-á de vinte e sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto, de, entre outros, três juízes dos TRTs.

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta com relação às competências da justiça do trabalho.

- A Os juízes dos TRTs, salvo motivo justificado, serão eleitos por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- B A lei criará varas da justiça do trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-las aos juízes de direito da justiça estadual, com recurso para o respectivo tribunal de justiça.
- C O Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto aos TRTs.
- D A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho funcionará junto ao CNJ.
- E É competência originária dos TRFs processar e julgar, ressalvada a competência da justiça eleitoral, os juízes da justiça do trabalho, nos crimes de responsabilidade e comuns.

QUESTÃO 8

Considerando as funções essenciais à justiça, em especial as do MP, assinale a opção correta.

- A Tanto o CNJ quanto o Conselho Nacional do Ministério Público possuem, por expressa determinação constitucional, em sua composição, duas vagas reservadas a pessoas, não necessariamente nacionais, que possuam notável saber jurídico e reputação ilibada, indicadas uma pela Câmara dos Deputados e outra pelo Senado Federal.
- B O Ministério Público da União compreende, entre outros, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e o Ministério Público Militar.
- C São princípios institucionais do MP e da defensoria pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- D A criação de varas da justiça do trabalho se dará por meio de lei, sendo que, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, a competência poderá ser atribuída aos juízes de direito, e os recursos, direcionados ao TRF respectivo.
- E As funções institucionais do MP incluem, entre outras, a proteção do meio ambiente, do patrimônio público e social e de outros interesses coletivos e difusos mediante a promoção do inquérito civil e da ação civil pública.

QUESTÃO 9

Acerca das funções essenciais à justiça, em especial as da advocacia pública e da defensoria pública, assinale a opção correta.

- A A advocacia pública compreende a advocacia e a defensoria pública.
- B A Advocacia-Geral da União formará lista tríplice com nomes de integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para a escolha de seu procurador-geral, que será nomeado pelo chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- C É função institucional da defensoria pública defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- D Considerando que, de acordo com a CF, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei, é correto afirmar que tal preceito representa uma norma constitucional de aplicabilidade imediata que poderá sofrer regulamentação legislativa.
- E A advocacia pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.

QUESTÃO 10

Assinale a opção correta com referência aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais consagrados na CF.

- A A CF estabelece a proibição de qualquer tipo de distinção entre trabalho manual e técnico, porém ressalva que o trabalho intelectual poderá sofrer discriminações positivas em razão do tempo e da produção de cada trabalhador.
- B O direito à igualdade entre homens e mulheres foi consagrado como direito individual fundamental. Observa-se que referido direito não é absoluto, sendo relativizado pelo direito social da mulher à proteção do seu mercado de trabalho.
- C A moradia é um direito individual fundamental e não um direito social do brasileiro, devendo ser consagrado para garantir e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- D De acordo com a CF, o direito à relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa é uma norma de eficácia plena, que deverá ser regulada por lei complementar prevendo indenização compensatória, entre outros direitos.
- E A CF assegura o direito de greve ao servidor público, estabelecendo de forma clara a competência para decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele ser defendidos.

QUESTÃO 11

À luz da CF, assinale a opção correta a respeito da administração pública.

- A A CF estabelece que a aposentadoria dos servidores públicos da União será compulsória aos setenta anos de idade no caso dos homens e aos sessenta e cinco anos de idade no caso das mulheres, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- B As funções de confiança, que deverão ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, que deverão ser preenchidos por servidores de carreira, são exceções à regra estabelecida pelo princípio da eficiência administrativa.
- C A lei deverá reservar percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas idosas e definir os critérios de admissão dessas pessoas.
- D É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo se um dos cargos for de nível superior e o outro, de nível médio, ambos na área jurídica.
- E Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público poderão adquirir a estabilidade após três anos de efetivo exercício, sendo condição para a aquisição da referida estabilidade avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

QUESTÃO 12

A respeito do conceito de licitação e das modalidades concorrência e tomada de preços, assinale a opção correta.

- A Na hipótese de venda de um bem imóvel da administração pública a outro órgão público, a alienação, além de ter de ser subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, deve ser precedida de avaliação e de licitação na modalidade concorrência.
- B Licitação é o procedimento prévio à celebração dos contratos administrativos que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para ambas as partes do contrato, promover o desenvolvimento nacional e garantir a isonomia entre os licitantes.
- C Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, ou até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- D Na hipótese de licitação feita por entidade da administração pública federal na modalidade tomada de preços, o aviso contendo o resumo do edital da tomada de preços deve ser publicado com antecedência, no mínimo por uma vez, no Diário Oficial da União.
- E A seleção de licitantes, no sistema de registro de preços, deve ser feita por meio da modalidade tomada de preços.

QUESTÃO 13

A propósito das modalidades de licitação convite, concurso e leilão, assinale a opção correta.

- A O leilão pode ser cometido a leiloeiro indicado pelos interessados ou a servidor designado pela administração, procedendo-se na forma da legislação pertinente.
- B O prazo mínimo até o recebimento das propostas é de dez dias úteis para a modalidade convite, contados a partir da expedição do convite.
- C Quando, por manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção de três licitantes e tal circunstância for devidamente justificada no processo, não será necessária a repetição do convite.
- D Concurso é a modalidade de licitação realizada entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição exclusiva de remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes no edital.
- E Deve ser adotada a modalidade de licitação leilão para a alienação de bens imóveis da administração pública cuja aquisição haja derivado de procedimentos administrativos ou de dação em pagamento.

QUESTÃO 14

Assinale a opção correta com referência à formalização dos contratos administrativos.

- A Para que o contrato administrativo tenha eficácia, é indispensável a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial, sendo dispensável a adoção da mesma formalidade para os aditamentos contratuais.
- B O instrumento de contrato não será obrigatório nas hipóteses em que a administração puder substituí-lo pela ordem de execução de serviço.
- C É permitido a quaisquer licitantes ou interessados obter cópia autenticada gratuita do contrato administrativo.
- D A administração deve convocar regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, dentro do prazo e das condições estabelecidos, sem direito a prorrogação.
- E A formalização adequada para os contratos administrativos relativos a direitos reais sobre imóveis se dá mediante a lavratura de instrumento na repartição interessada.

QUESTÃO 15

Sobre a execução dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A A administração é solidariamente responsável pelos encargos comerciais resultantes da execução do contrato.
- B Executado o contrato de locação de equipamentos, o objeto deverá ser recebido provisoriamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material.
- C Em regra, os testes exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da administração.
- D Na hipótese de dano causado diretamente pelo contratado a terceiros, decorrente de sua culpa na execução do contrato, o contratado será responsável pelo dano, ainda que tenha ocorrido a fiscalização pelo órgão interessado.
- E Não é permitida a contratação de terceiros para assistir o representante da administração designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

QUESTÃO 16

A propósito da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, assinale a opção correta.

- A O administrado tem, perante a administração, o direito de ter ciência da tramitação dos processos administrativos.
- B A lei em questão pode também ser aplicada aos órgãos do Poder Judiciário da União quando estes estiverem no desempenho de função administrativa.
- C Para os fins da lei em questão, o Ministério do Trabalho e Emprego é considerado entidade, por ser unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta.
- D O princípio da razoabilidade é classificado como um princípio implícito da administração pública, pois não se encontra previsto explicitamente na CF nem na lei em apreço.
- E Em todos os processos administrativos, são garantidos aos interessados os direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos.

QUESTÃO 17

A respeito da Lei n.º 11.416/2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, assinale a opção correta.

- A Para fins de identificação funcional, aos ocupantes do cargo da carreira de técnico judiciário — área administrativa cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança é conferida a denominação de inspetor de segurança judiciária.
- B As funções comissionadas de natureza gerencial em que haja poder de decisão devem ser exercidas por servidores com formação superior.
- C As carreiras de analista judiciário, técnico judiciário e auxiliar técnico integram os quadros de pessoal efetivo do Poder Judiciário da União.
- D O adicional de qualificação não será considerado no cálculo dos proventos e das pensões.
- E É possível o recebimento do adicional de qualificação por técnico judiciário que tenha apresentado certificado de curso de especialização em área de interesse do órgão do Poder Judiciário da União em que esteja lotado.

QUESTÃO 18

Ainda sobre a Lei n.º 11.416/2006, assinale a opção correta.

- A A remuneração dos cargos em comissão é composta pelo vencimento básico do cargo e pela gratificação judiciária.
- B Devem ser enquadrados na especialidade de oficial de justiça avaliador federal os ocupantes do cargo de analista judiciário – área administrativa cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, na forma estabelecida pela legislação processual civil, penal, trabalhista e demais leis especiais.
- C A progressão funcional é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte.
- D O TRT da 8.ª Região, órgão integrante do Poder Judiciário da União, é autorizado a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as funções comissionadas de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo.
- E Na elaboração dos regulamentos de que trata a lei em questão, não é possível contar com a participação de entidades sindicais.

QUESTÃO 19

A propósito das disposições gerais da Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção correta.

- A Não será considerado agente público, para os efeitos da lei em pauta, aquele que exerça, sem remuneração, função em autarquia federal.
- B O dano deve ser ressarcido integralmente caso ocorra lesão ao patrimônio público por ação ou omissão dolosa do agente público, sendo dispensável o ressarcimento na hipótese de omissão culposa.
- C Estará sujeito às cominações da lei em questão o sucessor daquele que se enriquecer ilicitamente, até o limite do valor das vantagens patrimoniais recebidas indevidamente.
- D Na hipótese em que o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao TCU, visando a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- E Deve ser punido, na forma da lei em apreço, o ato de improbidade administrativa praticado por agente público contra entidade para cuja criação o erário tenha concorrido com mais de 50% do patrimônio.

QUESTÃO 20

A respeito dos atos de improbidade administrativa previstos na Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção correta.

- A Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública estão disciplinados na lei em apreço, em um rol taxativo de condutas.
- B Não constitui ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário a doação, a pessoa jurídica de fins assistenciais, de bens integrantes do patrimônio de fundação pública de direito público, ainda que não haja a observância das formalidades regulamentares aplicáveis.
- C A ação dolosa que enseje malbaratamento dos haveres de entidade que receba incentivo fiscal de órgão público constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- D Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a facilitação da incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física, de renda integrante do acervo patrimonial de órgão pertencente ao Poder Judiciário da União.
- E A conduta consistente no recebimento, por técnico judiciário, de bem móvel, a título de presente destinado a terceiro, dado por pessoa que tenha interesse indireto, que possa ser amparado por ação decorrente das atribuições do referido agente público, não constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

QUESTÃO 21

No que tange às licenças e aos afastamentos disciplinados pela Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

- A Um dos requisitos necessários para a autorização de afastamento de servidor público, para estudo no exterior, destinado à realização de programa de doutorado, consiste na exigência de que o servidor titular de cargo efetivo esteja no respectivo órgão há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório.
- B O servidor público federal investido em mandato de deputado federal será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- C A licença para capacitação concedida dentro de noventa dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.
- D O estágio probatório deve ser interrompido durante a licença para atividade política e será reiniciado a partir do término do impedimento.
- E É assegurado ao servidor o direito a licença, sem prejuízo da remuneração, para o desempenho de mandato classista.

QUESTÃO 22

Acerca das disposições da Lei n.º 8.112/1990 relacionadas ao processo administrativo disciplinar, assinale a opção correta.

- A O processo disciplinar poderá ser revisto quando se aduzirem fatos novos suscetíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada, devendo o requerimento de revisão do processo ser dirigido ao ministro de Estado competente ou a autoridade equivalente.
- B O processo disciplinar deve ser conduzido por comissão composta de três servidores estáveis e ocupantes de cargo efetivo de mesmo nível ou de nível superior ao do indiciado.
- C Concluído o interrogatório do acusado, a comissão deverá promover a inquirição das testemunhas.
- D Na hipótese de sugestão, pela comissão processante, em um mesmo processo administrativo disciplinar, de aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria a um indiciado e da aplicação da penalidade de suspensão de vinte dias a outro indiciado, o julgamento, em cada caso, caberá ao chefe da repartição em que estiver lotado o indiciado.
- E Da sindicância poderá resultar a aplicação de penalidade de suspensão de até sessenta dias.

QUESTÃO 23

A propósito das vantagens previstas na Lei n.º 8.112/1990 que podem ser pagas ao servidor, assinale a opção correta.

- A Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de chefia é devido o pagamento de adicional pelo seu exercício.
- B A gratificação por encargo de curso ou concurso será devida ao servidor que, em caráter eventual, participar de banca examinadora para exames orais e somente será paga se a referida atividade for exercida sem prejuízo das atribuições de seu cargo, ou mediante compensação de carga horária, quando desempenhada durante a jornada de trabalho.
- C As gratificações, os adicionais e as indenizações incorporam-se ao vencimento, nos casos e condições indicados em lei.
- D É possível a concessão de auxílio-moradia para o servidor cujo deslocamento tenha ocorrido por força de alteração de lotação resultante de concurso de remoção a pedido.
- E A ajuda de custo consiste em vantagem indenizatória que se destina a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter transitório ou permanente.

QUESTÃO 24

No que diz respeito ao conceito e à classificação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A Ato administrativo imperfeito é aquele que já completou o seu ciclo de formação, mas está sujeito a condição ou termo para que comece a produzir efeitos.
- B O ato administrativo declaratório consiste naquele em que a administração apenas reconhece um direito que já existia antes do ato, como é o caso da revogação.
- C Os atos de direito privado da administração são considerados atos administrativos.
- D Quanto às prerrogativas com que atua a administração, os atos administrativos podem ser classificados como simples, complexos e compostos.
- E Pelo critério formal, ato administrativo é o que ditam os órgãos administrativos, ficando excluídos dessa conceituação os atos provenientes dos órgãos legislativo e judicial, ainda que tenham a mesma natureza daqueles.

QUESTÃO 25

Com referência aos requisitos dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A A finalidade, em sentido estrito, corresponde à consecução de um resultado de interesse público.
- B Motivo é o pressuposto de direito que serve de fundamento ao ato administrativo, sendo possível a invalidação do ato na hipótese de ter ele sido indicado um motivo falso.
- C O silêncio da administração pública pode significar forma de manifestação de vontade, quando a lei assim o prevê.
- D A competência é indelegável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria.
- E O objeto é o efeito jurídico mediato que o ato produz.

QUESTÃO 26

Assinale a opção correta, no tocante a férias.

- A O empregado estudante menor de dezoito anos de idade terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- B Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, o pagamento das férias deverá ser calculado com base no salário do último mês que preceder a concessão das férias.
- C As férias serão concedidas por ato do empregador, necessariamente em um só período, nos doze meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.
- D Aos menores de dezoito anos e aos maiores de sessenta anos de idade, as férias serão concedidas de uma só vez.
- E A concessão de férias terá de ser participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, sessenta dias.

QUESTÃO 27

São requisitos que caracterizam vínculo de emprego

- A onerosidade, exclusividade, subordinação jurídica e alteridade.
- B continuidade, subordinação, impessoalidade e alteridade.
- C onerosidade, pessoalidade, eventualidade e exclusividade.
- D subordinação, continuidade, onerosidade e pessoalidade.
- E eventualidade, pessoalidade, onerosidade e subordinação jurídica.

QUESTÃO 28

Com relação ao adicional de insalubridade, assinale a opção correta.

- A Constatado que a atividade é insalubre, o empregado tem direito ao recebimento do adicional respectivo no percentual de 30% sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações.
- B O adicional de insalubridade não integra a remuneração para cálculo do FGTS.
- C O adicional de insalubridade não pode ser suprimido, pois implica redução salarial.
- D O adicional de insalubridade é fixado por lei no percentual de 10%, 20% ou 30%, conforme o grau mínimo, médio ou máximo.
- E O direito ao recebimento do adicional de insalubridade cessará com a eliminação do risco à saúde.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta com referência às comissões de conciliação prévia.

- A Na mesma localidade e para a mesma categoria, podem existir comissão de empresa e comissão sindical.
- B Somente poderá existir comissão de conciliação prévia no âmbito do sindicato.
- C O prazo prescricional será interrompido a partir da provocação da comissão de conciliação prévia.
- D O termo de conciliação é título executivo judicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas ressalvadas.
- E As comissões de conciliação prévia têm prazo de vinte dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.

QUESTÃO 30

A propósito de intervalo intrajornada, assinale a opção correta.

- A O intervalo de descanso será computado na duração do trabalho.
- B O limite mínimo para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato ministerial, quando, entre outros requisitos, for verificado que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado como horas suplementares.
- C Nos serviços permanentes de mecanografia, a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos, deduzidos da duração normal de trabalho.
- D Em qualquer trabalho contínuo cuja duração ultrapasse seis horas é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação não inferior a duas horas.
- E Não excedendo quatro horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos.

QUESTÃO 31

A respeito de contrato de trabalho por prazo determinado, assinale a opção correta.

- A O contrato de experiência não pode perdurar por mais que sessenta dias.
- B O contrato em questão somente será válido em serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do contrato.
- C Considera-se contrato de trabalho por prazo determinado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
- D O contrato de experiência não é considerado como contrato por prazo determinado.
- E O contrato em apreço não poderá ser estipulado por mais de dois anos.

QUESTÃO 32

Assinale a opção correta acerca do adicional de periculosidade.

- A Fará jus ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeite-se a condições de risco. Esse adicional será indevido, apenas, quando o contato se der de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, se der por tempo extremamente reduzido.
- B O adicional de periculosidade incide sobre gratificações e prêmios.
- C O adicional de periculosidade é fixado por lei no percentual de 10%, 20% ou 30% conforme o grau mínimo, médio ou máximo.
- D Somente faz jus ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente a condições de risco.
- E Mesmo quando exposto de forma eventual ou extremamente reduzida à condição de risco, o empregado faz jus ao adicional de periculosidade.

QUESTÃO 33

No que se refere a contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- A A condenação criminal, mesmo com a suspensão de pena, é motivo para aplicação de justa causa por parte do empregador.
- B Na hipótese de término de contrato por culpa recíproca, inexistente pagamento de indenização de aviso prévio.
- C Não é possível redução salarial, nem mesmo mediante convenção ou acordo coletivo.
- D Na ausência de norma coletiva, o regime de trabalho será de quarenta horas semanais.
- E O contrato de trabalho pode ser tácito.

QUESTÃO 34

Um empregado ajuizou reclamatória trabalhista contra sua empregadora, alegando, em suma, que fora demitido por justa causa, deixando de receber as verbas rescisórias devidas. O reclamante ingressou com a ação, pleiteando o afastamento da justa causa e o pagamento das verbas rescisórias. Por sua vez, a reclamada apresentou sua tese defensiva, alegando que a demissão ocorreu por justa causa em razão de o reclamante ter agredido seu superior hierárquico. Quando do julgamento do feito, o juiz reconheceu que tanto o reclamante quanto a reclamada participaram do evento que determinou o fim do contrato com igual culpa, ou seja, com culpa recíproca.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O empregado terá direito a 50% do valor do décimo terceiro salário e das férias proporcionais; e a 100% do aviso prévio.
- B O empregado terá direito a 50% do valor das férias proporcionais; as demais parcelas, décimo terceiro salário e aviso prévio, devem ser solvidas no percentual de 100%.
- C Todas as rubricas deverão ser adimplidas em sua totalidade pelo empregador, com exceção do aviso prévio, que nem sequer é devido na situação considerada.
- D O empregado terá direito a receber a integralidade das verbas rescisórias sem qualquer dedução.
- E O empregado terá direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.

QUESTÃO 35

No que se refere à duração do trabalho do menor, assinale a opção correta.

- A Após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em dois turnos, terá de haver um intervalo de repouso de, no mínimo, oito horas.
- B Após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em dois turnos, terá de haver um intervalo de repouso não inferior a onze horas.
- C Excepcionalmente, é possível a prorrogação do trabalho do menor até o máximo de doze horas, sendo necessário apenas que o menor externar sua vontade por documento público.
- D Não existe nenhuma possibilidade de prorrogação da jornada de trabalho do menor além de oito horas diárias, pois a lei limita essa jornada a oito horas.
- E Somente é possível a prorrogação do trabalho do menor, até o máximo de doze horas, na hipótese de contrato em empresa familiar.

QUESTÃO 36

Assinale a opção correta acerca de pagamento de salário.

- A O pagamento do salário deverá ser realizado em dia útil e no local do trabalho, não se podendo falar em quitação se o pagamento for realizado em conta-corrente do empregado.
- B A prestação, em espécie, do salário poderá ser realizada em qualquer moeda, mesmo estrangeira, e não corrente no país.
- C Somente terá força de recibo o comprovante de depósito de salário em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, com o consentimento individual, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho, e com um recibo de quitação de salário assinado posteriormente pelo empregado.
- D A cessação das relações de trabalho prejudica a percepção das comissões e percentagens devidas ao empregado.
- E A prestação, em espécie, do salário terá de ser paga em moeda corrente do país.

QUESTÃO 37

Mário ajuizou, em Brasília – DF, reclamatória contra a empresa Branco Ltda., sediada nessa cidade, suscitando, em suma, que havia trabalhado por dois anos, prestando serviços para a reclamada na cidade de Luziânia – GO, e que não recebeu seus haveres rescisórios. A empresa em questão pretende apresentar defesa, bem como exceção de incompetência em razão do foro.

Nessa situação hipotética,

- A quando da oposição da exceção de incompetência, de pronto o juiz deverá proferir sua decisão sem abrir vista à parte contrária.
- B a exceção de incompetência não suspenderá o feito; logo, tanto a exceção quanto o mérito serão julgados em apenas uma decisão.
- C a exceção de incompetência em razão de foro deverá ser oposta na peça de contestação, como matéria de defesa.
- D a exceção de incompetência em razão de foro deverá ser oposta em peça autônoma.
- E a exceção de incompetência em razão do foro não suspenderá o feito.

QUESTÃO 38

Reclamação trabalhista em que o reclamante suscite ser credor de verbas rescisórias e a cuja causa dê o valor de R\$ 37.000,00 deverá tramitar pelo

- A rito sumário.
- B rito ordinário ou pelo rito sumário, conforme a conveniência do juiz.
- C rito ordinário ou pelo rito sumaríssimo, conforme a conveniência e vontade da parte.
- D rito sumaríssimo.
- E rito ordinário.

QUESTÃO 39

Quanto à execução no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A Na liquidação, poderá haver modificação, caso tenha ocorrido omissão no título executivo que gerou o título.
- B Sendo líquida ou ilíquida a sentença exequenda, terá início a execução.
- C A execução no processo do trabalho deve ser provocada pela parte.
- D A execução no processo do trabalho pode ser iniciada apenas pelo juiz.
- E A execução no processo do trabalho pode ser iniciada pelo juiz ou pela parte.

QUESTÃO 40

Com relação aos recursos previstos no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A O prazo para interposição de agravo de petição é de oito dias.
- B Contra decisões definitivas ou interlocutórias de varas e juízos cabe recurso ordinário.
- C No rito sumaríssimo, somente é possível a interposição de recurso de revista quando houver ofensa literal a norma constitucional.
- D No processo do trabalho de decisão interlocutória, sempre é possível a interposição de agravo de instrumento.
- E O prazo para interposição de recurso ordinário é de cinco dias.

QUESTÃO 41

No tocante às audiências e aos atos processuais, assinale a opção correta.

- A Na audiência, inexistente obrigatoriedade de se abrir um instante para eventual conciliação entre os litigantes.
- B O não comparecimento do reclamante à audiência importa na aplicação de confissão, salvo motivo relevante.
- C As testemunhas podem comparecer a audiência independentemente de intimação.
- D Não havendo acordo, a parte reclamada terá cinco dias para apresentar defesa escrita.
- E No processo do trabalho, a defesa será sempre escrita.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta a respeito das provas no processo do trabalho.

- A No processo do trabalho, o ônus da prova será sempre do reclamado, em razão do princípio da proteção ao hipossuficiente.
- B Na hipótese de haver prova pericial, cada parte deverá apresentar seu assistente, sob pena de confissão.
- C No procedimento ordinário, a parte pode indicar até duas testemunhas.
- D No rito sumário, a parte pode indicar até cinco testemunhas.
- E Se a testemunha for um servidor público civil, e tiver de depor em hora do serviço, seu comparecimento terá de ser requisitado ao chefe da respectiva repartição.

QUESTÃO 43

No que tange aos dissídios individuais, assinale a opção correta.

- A A notificação será sempre realizada por meio de mandado.
- B A notificação é realizada em registro postal com franquia. Se o reclamado criar embaraços ao seu recebimento ou não for encontrado, deverá ser realizada notificação por edital, inserto no jornal oficial ou no que publicar o expediente forense, ou, na falta, afixado na sede da junta ou juízo.
- C Na audiência de julgamento, deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, necessariamente acompanhados de seus advogados. Nos casos de reclusões plúrimas ou ações de cumprimento, os empregados podem ser representados pelo sindicato de sua categoria.
- D A reclamação trabalhista pode ser ajuizada apenas pelo empregado.
- E A reclamação trabalhista não pode ser apresentada por intermédio das procuradorias da justiça do trabalho.

QUESTÃO 44

Assinale a opção correta com referência a jurisdição e competência das varas do trabalho.

- A A competência das varas do trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, optar por ajuizar sua reclusão.
- B Quando agente ou viajante comercial for parte de dissídio, a competência será da vara do trabalho da localidade em que a empresa mantiver sua maior agência ou filial.
- C Nos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário, a competência será sempre da vara do trabalho de Brasília – DF ou da vara do trabalho do país onde o empregado presta serviços.
- D Caso o empregador realize atividades fora do lugar do contrato de trabalho, será assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no foro da prestação dos respectivos serviços.
- E A competência das varas do trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, tiver sido contratado.

QUESTÃO 45

Acerca dos princípios do direito processual do trabalho, assinale a opção correta.

- A Os princípios da celeridade e da economia processual não foram recepcionados pela CLT.
- B A oralidade não é um princípio do processo do trabalho.
- C O *jus postulandi* é um princípio do processo do trabalho facultado apenas ao empregado.
- D Em consonância com o princípio da concentração, existem procedimentos individualizados e dissociados entre si, como, por exemplo, a audiência de conciliação e outra audiência para instrução do feito.
- E De acordo com o princípio do *jus postulandi*, os empregados e os empregadores podem reclamar pessoalmente perante a justiça do trabalho e acompanhar as reclamações até o final do processo.

QUESTÃO 46

No tocante a atos, termos e prazo processuais, assinale a opção correta.

- A Os prazos processuais contam-se sempre com a inclusão do dia do começo e a exclusão do dia do vencimento, sendo contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, pelo juiz ou tribunal ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.
- B Os prazos que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado serão inválidos.
- C Os documentos juntados aos autos podem ser desentranhados somente depois de findo o processo, ficando traslado.
- D A penhora não pode ser realizada em domingo ou dia feriado, nem mesmo com autorização expressa do juiz.
- E Em regra, os atos processuais devem transcorrer em segredo de justiça, sendo realizados nos dias úteis, das seis às vinte horas.

QUESTÃO 47

Quanto aos dissídios individuais, suas custas e emolumentos, assinale a opção correta.

- A A reclamação escrita deve ser formulada em duas vias e juntada à documentação na audiência.
- B Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da justiça do trabalho e nas demandas propostas perante a justiça estadual no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidem à base de 2%, observado o mínimo de R\$ 10,64.
- C São isentos do pagamento de custas apenas os beneficiários de justiça gratuita.
- D A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais compete à parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se essa parte for beneficiária da justiça gratuita.
- E A reclamação trabalhista é sempre verbal.

QUESTÃO 48

Assinale a opção correta a respeito da execução no processo do trabalho.

- A A matéria de defesa em sede de embargos à execução é restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
- B A interposição de embargos à execução não depende de garantia do juízo.
- C Os embargos à execução são o remédio processual correto tanto para o exequente quanto para o executado discorrerem sobre eventual insatisfação relativa à liquidação ou penhora havida.
- D Nos embargos à execução, podem ser suscitadas quaisquer matérias, até mesmo aquelas próprias de contestação.
- E Inexiste possibilidade de requerimento de produção de prova testemunhal em embargos à execução.

QUESTÃO 49

De acordo com a Resolução n.º 70/2009 do CNJ, a efetivação do plano estratégico do Poder Judiciário objetiva promover

- A a justiça no Brasil com base em um modelo acessível, centralizador e imparcial para a promoção da paz social.
- B o reconhecimento desse plano, pela sociedade brasileira, como instrumento essencial para a efetivação da justiça no país.
- C a justiça de forma célere e permanente na vida do cidadão brasileiro.
- D o controle social a partir da aplicação das leis definidas pelo Poder Legislativo.
- E o reconhecimento desse plano, pela sociedade, como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

QUESTÃO 50

Assinale a opção que apresenta atributos de valor para a sociedade definidos na Resolução n.º 70/2009 do CNJ.

- A celeridade, moralidade, probidade e transparência
- B assertividade, transparência e responsabilidade social e ambiental
- C probidade, ética, imparcialidade e efetividade
- D credibilidade, transparência, economicidade e imparcialidade
- E credibilidade, celeridade, probidade e responsabilidade social e ambiental

QUESTÃO 51

Acerca da relação entre os objetivos estratégicos e os temas definidos na Resolução n.º 70/2009 do CNJ, assinale a opção correta.

- A O aprimoramento da comunicação com o público externo é o tema que fundamenta o objetivo estratégico referente ao fortalecimento da imagem institucional.
- B A eficiência operacional é o tema norteador do objetivo estratégico relacionado à garantia da infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.
- C A facilitação do acesso à justiça é o objetivo estratégico referente ao tema promoção da cidadania.
- D O desenvolvimento de competências dos magistrados e servidores é um objetivo estratégico relacionado ao tema gestão de pessoas.
- E A motivação e o comprometimento dos magistrados e servidores com a execução da estratégia são objetivos relacionados ao tema eficiência operacional.

QUESTÃO 52

De acordo com a Resolução n.º 70/2009 do CNJ, o acompanhamento dos resultados do plano estratégico deve ser feito nas reuniões de análise da estratégia, as quais devem ocorrer com periodicidade

- A semestral.
- B mensal.
- C trimestral.
- D quadrimestral.
- E bimestral.

QUESTÃO 53

A descentralização interna de crédito realizada durante o processo de execução previsto no ciclo orçamentário é denominada

- A destaque.
- B dotação.
- C repasse.
- D sub-repasse.
- E provisão.

QUESTÃO 54

A função do orçamento que se relaciona ao exercício de atividade empresarial por parte do Estado denomina-se função

- A alocativa.
- B fiscal.
- C de seguridade.
- D distributiva.
- E estabilizadora.

QUESTÃO 55

O princípio orçamentário que possibilita ao Poder Legislativo conhecer, *a priori*, todas as receitas e despesas do governo e que impede o Poder Executivo de realizar qualquer operação de receita e despesa sem prévia autorização parlamentar, salvo as exceções, denomina-se princípio

- A da universalidade.
- B da exclusividade.
- C da unidade.
- D da não afetação.
- E do orçamento bruto.

QUESTÃO 56

As movimentações classificadas como receitas extraorçamentárias incluem as

- A antecipações de receitas orçamentárias.
- B receitas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública.
- C receitas tributárias e de contribuições especiais.
- D operações de crédito.
- E aplicações de multas.

QUESTÃO 57

Assinale a opção que apresenta orçamento com ênfase no objetivo do gasto público que **não** constitui instrumento de planejamento.

- A orçamento por objeto
- B orçamento base-zero
- C orçamento programa
- D orçamento por desempenho
- E orçamento clássico

QUESTÃO 58

O instrumento previsto na CF no qual se enfatizam prioridades e metas e mediante o qual são operadas mudanças na legislação tributária, definidas políticas de financiamento para as agências de fomento e relacionadas despesas de capital denomina-se de

- A plano plurianual.
- B lei orçamentária anual.
- C lei de diretrizes orçamentárias.
- D Lei de Responsabilidade Fiscal.
- E plano de longo prazo.

QUESTÃO 59

Na administração de recursos materiais, o estágio do ciclo de vida do produto no qual o volume vendido não se altera rapidamente, podendo ser absorvido nos perfis de distribuição de produtos similares já existentes, corresponde à fase de

- A crescimento.
- B maturidade.
- C declínio.
- D concepção.
- E introdução.

QUESTÃO 60

Assinale a opção que apresenta orçamento em cuja concepção se utiliza o PDCA (*plan, do, check, act*).

- A orçamento por desempenho
- B orçamento por programa
- C orçamento base-zero
- D orçamento tradicional
- E orçamento por objeto

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo, serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

Considerando o modelo orçamentário brasileiro, definido na Constituição Federal, discorra sobre os três instrumentos que definem o planejamento orçamentário do setor público, especificando as principais características de cada um deles. [**valor: 3,00 pontos para cada instrumento e respectivas características**]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos